

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2011**

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Concede isenção da COFINS às empresas juniores, na condição de associações civis sem fins lucrativos, constituídas por universitários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei concede isenção da contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas das empresas juniores, na condição de associações civis sem fins lucrativos, constituídas por universitários.

Art. 2.º.O art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 14.....

.....  
XI – das empresas juniores, na condição de associações civis sem fins lucrativos, constituídas por universitários, com sede nas respectivas universidades.” (NR)

.....”

Art. 3 .A isenção prevista no artigo anterior entra em vigor na data de publicação desta lei.

## JUSTIFICAÇÃO

As empresas juniores são associações civis sem fins lucrativos constituídas por universitários, sediadas nas universidades, com a missão de ampliar a teoria dos conteúdos ministrados, desenvolvendo trabalhos de consultoria e assessoria a empresários e empreendedores, com a orientação de professores e profissionais especializados, além de promover a excelência de preparação e estímulo da formação profissional.

No Brasil, já são mais de 1.100 empresas juniores constituídas, com um crescimento de 87% nos últimos cinco anos. As empresas são formadas e administradas por alunos interessados em por em prática o aprendizado, com estatuto e regimento próprios e o preço cobrado por seus serviços é bastante inferior ao de mercado, tendo como clientes quase sempre pequenas e microempresas.

No âmbito federal, as empresas juniores, na condição de associações civis sem fins lucrativos, não estão sujeitas ao IRPJ e à CSLL. A empresa júnior é isenta do PIS/PASEP, que incide sobre a receita, porém, se a empresa contratar funcionários (devidamente registrados, obedecendo as normas trabalhistas), deverá pagar este tributo à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento. O ônus tributário federal que sofrem, então, as empresas juniores é o relativo à COFINS, que incide sobre as suas receitas de prestação de serviços e impede a proliferação dessas células tão importantes para o nosso desenvolvimento econômico.

No âmbito municipal, incide o ISS sobre as receitas de prestação de serviços, que é devido de acordo com a legislação municipal onde estiver sediada a empresa júnior. No município, no entanto, é perfeitamente possível obter a isenção do tributo, bastando que se requeira o reconhecimento da utilidade pública do empreendimento.

Assim sendo, propomos, no presente projeto de lei, a concessão de isenção da COFINS sobre as receitas das empresas juniores, de forma a incentivar a criação dessas associações nas universidades brasileiras.

Esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de maio de 2011.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

2011\_1742.